

ATA N ° 04/ AM /2019

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE -----

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezanove reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Convívio da Associação de Moradores de S. Bartolomeu da Serra, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente**-----
- 2. Atas** -----
- 3. Designação de um representante das juntas de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil (alínea i) do artº 41º da Lei nº 80/2015, de 3 de agosto).** -----
- 4. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL** -----
 - a) Prestação de Contas de 2018;** -----
 - b) Relatório anual do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município – Para conhecimento;** -----
 - c) 1ª Revisão às Atividades Mais Relevantes (AMRs) 2018/2022;** -----
 - d) 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2019/2022;** -----
 - e) 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2019.**-----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----
Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Matos Cascão da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Francisco de Oliveira Pereira, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Emília Batista de Almeida, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores Vereadores Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Luis Filipe dos Santos e Jaime António Pereira Pires de Cáceres. -----

Não compareceram os membros: Jorge Manuel Mata Magrinho, Rui Manuel Beles Vieira, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Carlos Jorge Canário Parreira e Isabel Maria Borges Gonçalves Contente.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DAS FLORES-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Maria de Fátima Afonso, residente naquele Bairro, a qual começou por referir que ao longo dos anos os proprietários das moradias foram tomando conta dos logradouros e que alguns chegaram a construir muros nos mesmo, acrescentando que tinha colocado rede no seu logradouro, para proteger os canteiros, e que, aquando do início das obras de requalificação, foi abordada por um representante do empreiteiro que a informou que tinha orientações para manter a sua vedação e de outras moradias adjacentes, sendo que, posteriormente, foi informada por um Fiscal da Câmara Municipal que tinha de retirar a rede, o que não contestava, dado que os logradouros pertencem ao espaço público, tendo, no entanto, ficado a saber que os muros das casas adjacentes não seriam demolidos, pelo que, foi à Junta de Freguesia expor esta situação, considerando que a mesma violava princípios constitucionais de legalidade e igualdade de tratamento dos cidadãos, tendo o Presidente da Junta mostrado estar solidário com a sua posição. Acrescentou que também tinha solicitado uma audiência ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao qual expôs o assunto. -----

Mais referiu que a sua intervenção ia no sentido da reposição da legalidade e da igualdade no tratamento aos moradores daquele Bairro e por não considerar admissível que exista um logradouro particular num espaço que é público. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por saudar a Presidente da Assembleia pela realização da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, em S. Bartolomeu da Serra, e todos os presentes, acrescentando que também estava em curso na União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu da Serra a Presidência nas Freguesias, iniciativa que o Executivo Municipal promove anualmente, em todo o Município. -----

Mais referiu que S. Bartolomeu da Serra tinha sido Freguesia durante muitos anos, a qual tinha sido extinta, por força de lei, e contra a vontade da população, considerando que a mesma deverá continuar a lutar para reverter esta situação. -----

Relativamente ao assunto colocado pela Muniçipe, informou que tinha reunido com a Senhora Maria de Fátima Afonso durante a visita à Freguesia de Santo André, no âmbito da Presidência nas Freguesias, onde teve oportunidade de explicar que aquela situação tinha a ver com questões urbanísticas. Acrescentou que o Bairro das Flores foi projetado, havia mais de trinta anos, ao longo dos quais os moradores foram cuidando dos logradouros sites no espaço público, com a anuência da Câmara Municipal, relativamente aos quais foram criando um sentimento de pertença, chegando alguns moradores a adquirir o terreno, sendo que, a Câmara Municipal decidiu suspender a venda daqueles espaços, porque tinha a intenção de requalificar o Bairro, pelo que, avançou com a elaboração do projeto, tendo em conta a realidade do mesmo, não tendo sido possível enquadrar todas as situações, sendo mantidas aquelas que não alteravam a coerência urbanística do projeto, como era o caso do vizinho da Senhora Maria de Fátima, acrescentando não fazer sentido demolir o muro existente, para em seguida construir outro igual. -----

Referiu ainda que a Câmara Municipal não tratava as pessoas de forma desigual, mas não podia tratar de forma igual situações que eram diferentes. -----

Acrescentou que vários moradores têm mostrado interesse na aquisição dos logradouros, aos quais tem sido transmitido que, quando as obras terminarem, a Câmara Municipal poderá avaliar as situações das parcelas de terreno que poderão ser adquiridas pelos mesmos, o que poderá ser o caso do morador que construiu o muro e que colocou um portão no mesmo, sendo que, também se poderá vir a concluir que o portão não faz sentido e, se assim for, terá de ser retirado. -----

A Senhora Maria de Fátima Afonso referiu que da intervenção do Senhor Presidente da Câmara concluía que o mesmo considerava que aquele não era um logradouro privado num espaço público, ao qual as pessoas podiam ter acesso, porque o muro até não era muito alto, como também lhe dissera aquando da sua visita ao local. Contudo, para aceder à porta da casa do seu vizinho teria que passar por cima do muro, sujeita a uma eventual agressão, dado que se tratava de uma pessoa conflituosa, como o Senhor Presidente sabia, porque até lhe dissera que o mesmo também o tinha ameaçado.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Muniçipe terá feito alguma confusão, porque não lhe podia ter dito que o morador em causa o ameaçara, dado que isso nunca aconteceu, sendo que, o que disse foi que se tratava de uma pessoa difícil no relacionamento com as outras pessoas. -----

A Muniçipe referiu que não aceitava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal a desmentisse, porque foi educada para nunca mentir. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença da Muniçipe e referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não deixaria de ter em conta a exposição da Senhora Maria de Fátima Afonso, com a avaliação da situação quando as obras ficarem concluídas, como tinha afirmado, acrescentando que todos iriam ficar atentos a este assunto. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, deu conhecimento de que **o Senhor Carlos Jorge Canário Parreira e a Senhora Isabel Maria Borges Gonçalves Contente**, presidentes de Juntas de freguesias, eleitos da CDU, **se faziam substituir**, na presente sessão, **pelos seus substitutos legais**, senhores **Paulo Dinis da Encarnação e Armando Severino de Almeida**, respetivamente. -----

MESA DA ASSEMBLEIA – INFORMAÇÕES -----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que tinha tido lugar, no dia onze do mês em curso, uma **sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMAL**, cujos documentos seriam disponibilizados aos membros da Assembleia Municipal.-----

Informou também sobre a **visita ao Aterro Sanitário** do Pinhal da Moita, que teve lugar no dia dezassete do mês em curso, para a qual foram convidados todos os membros da Assembleia Municipal, considerando que foi uma visita enriquecedora, na qual ficaram a conhecer vários aspetos que se prende com o acondicionamento de matérias perigosas no Município.-----

Mais informou que a **Comissão de Saúde** tem vindo a reunir com várias entidades para análise da situação dos Cuidados de Saúde no Município e que lhe tem chegado informações por parte do Sindicato dos Enfermeiros sobre o agravamento de algumas situações. Mais informou que a Comissão de Saúde vai reunir na próxima semana, para voltar a analisar a situação e decidir sobre medidas a tomar, para resolver os problemas que afetam os utentes. -----

RESPOSTA A REQUERIMENTOS-----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que ainda não tinha recebido a resposta ao requerimento sobre transpores e refeições escolares que apresentou na última sessão ordinária do ano transato. -----

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL DE 1974 – ATO SOLENE -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém era das poucas assembleias no País que não realizava um ato solene para comemorar aquela data, não percebendo a razão por que deixou de haver a Sessão Solene comemorativa daquela data histórica, e não encontrava explicação para não ser retomada, acrescentando que o 25 de Abril tem de ser lembrado e que aquele ato o dignificava.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o assunto ficava registado. -

Pela Senhora Adelaide de Lemos, eleita da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“MOÇÃO-----

Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível-----

A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos.

Preço máximo do passe social intermodal – seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de 40 euros no âmbito da Comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada município é um objetivo que se impõe concretizar também no território da região. A que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuitidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família. -----

A CDU orgulha-se de com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objetivo em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objetivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida. -----

Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida; -----

Considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta; -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém delibera:-----

1. Incumbir a Câmara Municipal a promover os procedimentos necessários para garantir que no território do Município e no da Comunidade Intermunicipal o preço máximo do Passe para uso da rede de transporte público seja respetivamente de 30 e 40 euros;-----

2. Garantir o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público, assegurando ainda a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a redução para a população com mais de 65 anos; -----

3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades (ou Área Metropolitana) contíguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido; -----

4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito de cada aplicação do PART e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível; ----

5. Exigir da Administração Central, e do Governo em particular, as medidas que visem:
i) consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE; ---
ii) garantir que o Orçamento de Estado para 2020 consolide e amplie os montantes afetos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida (em 2019 a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de abril), quer por via do reforço real de meios financeiros; -----
iii) reforçar a oferta ferroviária, no imediato, pela contratação de trabalhadores que assegurem a partir da EMEF a reparação de material circulante, e a médio prazo pela aquisição de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede.”-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, colocou a proposta de Moção a discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referindo que concordava com os princípios enunciados na proposta de Moção, tendo em conta que se tratava de uma medida já aplicada nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, a qual deve ser extensiva a todo o País, para não haver diferenciação nos benefícios às populações. Contudo, acrescentou que tinha dúvidas sobre os montantes referidos e a sua abrangência, nomeadamente no referente a alunos e a bombeiros, defendendo a comparticipação do passe para os primeiros até aos dezoito anos. -----

Acrescentou que no que respeitava à comparticipação do Orçamento de Estado e das autarquias não indicaria valores, por considerar que deviam ser as CIMs a determinar quais os montantes mais adequados para os seus territórios. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referindo que se tratava de uma medida útil e que saudava, a qual devia ser alargada gradualmente a todo o País, por uma questão de solidariedade nacional. Contudo, tinha algumas dúvidas sobre o seu financiamento.-----

Mais referiu que gostaria de saber se este assunto já tinha sido discutido na Câmara Municipal ou se a discussão se ia iniciar agora. -----

O Senhor Luis Silva do Ó, eleitos do PS, referiu que este assunto também tinha sido abordado na última reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMAL, onde tinha ficado claro que o Executivo da Comunidade estava a trabalhar no tema, solicitando informação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o que estava a ser feito.

Mais referiu que era difícil tomar uma decisão, em consciência, sem ler a proposta de Moção de forma mais refletiva, concordando globalmente com o seu colega de bancada, Manuel Mourão, e sobre a questão dos valores indicados.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que se tratava de uma medida tomada pelo Governo, a qual era defendida pelo PCP, havia muitos anos. Acrescentou que a legislação que saiu sobre esta matéria não tinha associado o pacote financeiro, razão pela qual as CIMs decidiram, inicialmente, não entrar no processo, tendo, posteriormente, sido contemplada uma verba, para o efeito, no Orçamento de Estado do ano em curso, a maior parte destinada às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. -----

Acrescentou que a CIMAL dispunha de um estudo sobre os transportes e decidiu entrar no processo. -----

Mais informou que, quando o Governo avançou com esta medida, a mesma tinha dois objetivos, um dos quais era a redução dos passes, o que irá ser concretizado, e o outro, o aumento da oferta de transporte, o que está posto em causa, dado que não existem verbas para o efeito.-----

Informou também que os passes intermunicipais, no âmbito do território abrangido pela CIMAL, não deverão ter um valor superior a quarenta euros, e que a questão da extensão dos passes escolares ainda estava a ser analisada. -----

Informou ainda que se pretende que seja submetida à sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho a delegação de competências na CIMAL para agregar todo o processo, e que esta medida entre em vigor no mês de julho. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Paulo Dinis Encarnação, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Armando Severino Almeida e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e três de eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva.-----

Sete abstenções, sendo três de eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, e Ricardo Jorge da Cruz, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.” -----

VISITA AO RESIM – GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS DE SANTO ANDRÉ – ATERRO SANITÁRIO DO PINHAL DA MOITA -----

O Senhor José Cascão da Silva, eleito do PS, agradeceu à Senhora Presidente da Assembleia Municipal a organização da visita dos eleitos àquele Aterro, a qual permitiu que ficassem a conhecer melhor o Concelho e as questões relacionadas com o acondicionamento e tratamento dos resíduos. -----

Acrescentou que a sua satisfação pela visita implicava da sua parte um pedido de desculpas pela sua intervenção na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, do ano transato, relativa ao incêndio que ocorreu no Aterro, a qual poderá ter induzido em erro. -----

Mais informou que a gestão daquele Aterro era da responsabilidade da Administração Central, acrescentando que, até dois mil e quinze, foram retiradas oitenta e três mil toneladas de lamas e trinta e quatro mil toneladas de solos contaminados, com um custo de nove milhões e trezentos mil euros. Ação que considerou muito positiva, a qual era desconhecida pela maioria das pessoas, porque não foi divulgada, esperando que, no futuro, a empresa Águas de Santo André revisse a sua política de comunicação, para uma maior proximidade à Comunidade.-----

Acrescentou que se podia afirmar que, atualmente, não havia resíduos perigosos no Aterro, existindo somente duas células de resíduos não perigosos.-----

Mais referiu estar preocupado com a questão do combate a eventuais incêndios, naquele local, por parte dos bombeiros, porque estes estão mais preparados para combater os incêndios florestais do que para combater incêndios industriais. -----
Concluiu, referindo que todos ganharam, em conhecimento, com aquela visita, lamentando que não tenha sido mais participada por parte dos eleitos. -----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quando o Senhor José Cascão da Silva colocou a questão do incêndio naquele Aterro, a informação que tinha da empresa Águas de Santo André, a qual na altura transmitiu, era de que não estavam depositados resíduos perigosos naquele local. Acrescentou que a remoção das lamas que se encontravam naquele Aterro, foi um assunto bastante debatido em muitas sessões da Assembleia Municipal e que os órgãos autárquicos e a população lutaram, durante muitos anos, para que fossem retiradas daquele local.-----
Mais referiu que a empresa pública Águas de Santo André, com a qual a Câmara Municipal mantinha uma boa relação de cooperação no âmbito da gestão da água e do ambiente, faturava às empresas do Complexo Industrial de Sines para cuidar dos resíduos que as mesmas produzem, e que aquela situação era um dos maiores passivos ambientais do País, pelo que, a sua resolução era motivo de satisfação para todos. -----
Interveio novamente o Senhor José Cascão da Silva, referindo que, aparentemente, havia um negócio rentável no abastecimento de água ao Complexo Industrial de Sines por parte da empresa Águas de Santo André, sendo que, no que respeitava ao acondicionamento e tratamento dos resíduos industriais, a informação que tinha era que as empresas não os estavam a depositar naquele espaço, encaminhando os mesmos para outros aterros no País. -----
Interveio o Senhor Norberto Barradas, eleito da CDU, referindo que era positiva a remoção das lamas que estavam depositadas naquele Aterro, acrescentando que a empresa mandou proceder à análise aos solos, considerando importante conhecer os resultados obtidos, pelo que, sugeriu à Mesa da Assembleia Municipal que os solicitasse, para se perceber melhor o seu estado.-----
A Senhora Presidente referiu que tinha sido uma visita muito positiva, a qual foi efetuada num dia de trabalho, o que impossibilitou a participação da maioria dos eleitos. Mais referiu que a empresa Águas de Santo André informou que irá promover a visita de alunos e de outras pessoas, no sentido de uma maior informação e aproximação à Comunidade.-----

Pelo Senhor João Alberto Guerreiro, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte Saudação:-----

**“SAUDAÇÃO AOS 45 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL E 1º DE MAIO -----
Saudação aos Portugueses e à sua luta pelas grandes conquistas de abril e 1º de maio. -----**

Revigorar a luta pela igualdade e os direitos dos homens e mulheres. -----

A CDU saúda a Revolução do 25 de Abril de 1974 e o 1º de maio. Passados 45 anos a igualdade na vida tem de ser o combate do nosso tempo! -----

É nossa responsabilidade trazer à memória: **As portas que abril abriu. -----**

Nunca a liberdade foi tão ampla para os Portugueses e a sua participação cívica foi tão grande, nunca a igualdade entre mulheres e homens foi tão fecunda, como durante o processo revolucionário, em 1974/75. -----

Foi a primeira vez que os Portugueses tomaram nas suas mãos e construção de uma vida melhor, de um país mais justo, mais igual. E fizeram-no, em igualdade.-----

Foram grandes as conquistas para os Portugueses e Portuguesas. -----

Foi a fixação do salário mínimo nacional, aumento generalizado de salários, férias, subsídio de férias e de Natal. Foi a proibição de tratamento discriminatório em função do sexo. Foram abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral dos cidadãos. Foram revogadas disposições penais que reduziam penas ou isentavam de crimes os homens, em virtude de as vítimas desses delitos serem as suas mulheres ou filhas. -----

Foi a ampliação do período de licença de maternidade estando abrangidas todas as trabalhadoras. Foi a entrada em vigor, em 1978, da revisão do Código Civil. Foi a criação das consultas de planeamento familiar nos centros de saúde materno-infantil. ---

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, consagrou a igualdade entre mulheres e homens, em todos os domínios da vida. -----

Comemorar os 45 anos da Revolução de abril significa para nós, -----

. Tudo fazer para manter vivo o seu significado mais profundo, nas novas gerações do Povo Português: a conquista da liberdade e da democracia e as importantes transformações políticas, económicas e sociais como resultado de um longo processo de resistência e de luta antifascista que levou ao derrube da ditadura fascista. -----

. Intervir para que Portugueses e Portuguesas continuem a tomar nas suas mãos a exigência do cumprimento dos direitos e valores de abril, por uma mudança política assente na justiça social, no progresso e desenvolvimento do País. -----

Temos razões para manifestar a nossa alegria de viver em paz e de poder saudar o Povo Português pela sua confiança na luta e pela vontade inabalável de criar condições para que a igualdade na vida seja uma realidade.-----

Neste sentido apelamos a todos a uma forte participação nas próximas comemorações do 1º de maio.” -----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

---**1. Expediente.** -----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de janeiro a abril de dois mil e dezanove, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

---**2. Atas** -----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 02**, da Sessão Ordinária de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **Ata** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

O Senhor Hélder da Silva Pereira não votou por não ter estado presente na reunião.-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 03**, da Sessão Extraordinária de seis de março de dois mil e dezanove. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **Ata** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

As senhoras Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Adelaide Júlia Messias de Lemos, e os senhores Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, José Manuel Guerreiro Neves não votaram, por não terem estado presentes na reunião. -----

3. Designação de um representante das juntas de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil (alínea i) do artº 41º da Lei nº 80/2015, de 3 de agosto). -----

PROPOSTA: A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, apresentou a **proposta da Mesa da AM**, com a designação do Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, Senhor David Oliveira Gorgulho para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, por voto secreto. -----

A proposta foi aprovada, com dezoito votos a favor, sete votos brancos e um voto nulo.”

----- **“4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

--- a) Prestação de Contas de 2018; -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** – Aprovar os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2018, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.*-----

Dois – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos: -----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio. -----

b) Mapas de ativo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de Controlo Interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

FUNDAMENTOS: Um – Conforme o disposto na alínea i) do nº. 1 do artigo nº.33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 setembro.-----

Dois – De acordo com o capítulo II e capítulo III (notas técnicas) da resolução nº. 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. nº. 191 de 18 de agosto, II Série alterado pela resolução nº26/2013-2ªSecção publicada no D.R. nº 226 de 21 de novembro de 2013 e com a resolução nº 7/2018 do Tribunal de Contas publicada no Diário da República, 2ª série-nº 6 de 09 de janeiro de 2019.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

No âmbito da apresentação da proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou a tendência que se têm vindo a verifica, nos últimos anos, de redução da dívida global do Município a qual, no exercício em apreço, foi de dois milhões de euros, dos quais cerca de meio milhão correspondem a dívida a curto prazo, ficando esta num valor inferior a um milhão de euros. -----

Acrescentou que a redução da receita, em cerca de três milhões de euros, resultava nomeadamente, da não utilização de empréstimo, tendo em conta a situação financeira do Município, da diminuição da venda de bens patrimoniais e da diminuição de Fundos Comunitários, devido ao facto de alguns concursos públicos terem ficado desertos, fruto

de uma nova realidade que tinha a ver com o crescimento da oferta e a falta de resposta por parte das empresas, o que levou a que obras calendarizadas para o ano transato não tenham sido iniciadas, o que se refletiu na execução orçamental. -----

Salientou também as intervenções de requalificação do Bairro das Flores, da EB nº 4 de Santo André e da EB1 de Ermidas Sado, nos pátios das escolas rurais, nos parques infantis, nos transportes escolares, nos quadros interativos, e no reforço dos auxílios económicos, no Museu de Alvalade, na nova Casa Mortuária, no abastecimento de água ao lugar da Saramaga, na Freguesia de S. Francisco, as repavimentações em todas as freguesias, bem como outros investimentos na cultura e no desporto, na ação social, e na promoção do Município com reflexos no Turismo, cuja oferta de dormidas duplicou nos últimos três anos. -----

Salientou ainda a atividade de Escola Municipal de Música, totalmente gratuita, com cerca de cem alunos, a política de Juventude, cujo esforço da Câmara Municipal tem sido reconhecido pelos próprios jovens, a aquisição de equipamento informático, para diferentes áreas, com vista a facilitar a vida aos munícipes, numa política de proximidade às pessoas. -----

Mais referiu que os eleitos do PS na Câmara Municipal votaram contra a Prestação de Contas de 2018, e na sua declaração de voto referem que o Saldo da Autarquia era de quatro milhões de euros, quando o mesmo era de um milhão e seiscentos mil euros, sugerindo aos mesmos que lessem melhor os documentos, para não passarem uma mensagem errada para a população, considerando que aquela afirmação só podia resultar de ignorância. -----

Acrescentou que a mesma interpretação podia fazer relativamente ao facto daqueles eleitos afirmarem que era à Câmara Municipal que tinha que resolver o problema do viaduto sobre a EM 548, nas Ademas, quando se tratava de uma responsabilidade da Administração Central. Assim como a questão da comparticipação da Câmara Municipal, com sete e meio por cento, na parte que não fosse comparticipada por Fundos Europeus nas obras da ESPAM, cujo montante não se conhece, porque continua a não existir projeto para as mesmas, as quais são também da responsabilidade da Administração Central, sendo que, os eleitos do PS entendem que, quando o Governo não dá resposta aos problemas, a Câmara Municipal tem que os resolver, mesmo que não sejam da sua competência, esquecendo que o Governo não cumpre com a Lei das Finanças Locais, no que respeita às transferências para as autarquias, nem com a disposição Constitucional que determina que a distribuição do montante dos impostos deve ser feita de forma solidária entre o Poder Central e o Poder Local, matéria esta que nunca os senhores vereadores abordaram nas reuniões da Câmara Municipal. Pelo que, considerou que ao irem para a Comunicação social com este tipo de afirmações, dizendo também que a Câmara não têm feito nada, passando uma mensagem errada para as pessoas, era pura demagogia e má-fe, sendo que, felizmente, não têm tido qualquer impacto na opinião pública. -----

Mais referiu que os eleitos permanentes no Executivo Municipal trabalham diariamente, e com apego, realizando obra, conforme se pode atestar nos documentos em apreço, e no sentido de manter o rigor financeiro, sem descurar os compromissos aos fornecedores, seguindo aquele que é o lema dos eleitos da CDU, Trabalho, Honestidade e Competência. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Óscar Ramos, o qual a solicitou para dar alguns esclarecimentos, começando por referir que os eleitos do PS tinham outra forma de ver as coisas e tinham o direito de terem uma maneira diferente de estar. -----

Relativamente à comparticipação da Câmara Municipal nas obras da ESPAM, referiu que eram da responsabilidade do Governo, o qual tinha acordado com outras câmaras esta modalidade, sendo que, nem todas aceitaram, acrescentando que considerava que se trava de uma questão entre o tudo ou nada, ou seja, não se devia ter deixado que sair do Município os dois milhões de euros que estavam previstos, independentemente de não se saber qual o montante dos sete e meio por cento da comparticipação da Autarquia, até porque, aquela era a escola com piores condições no Município, pelo que, considerava que as obras para a sua requalificação eram prioritárias, mesmo que se tivesse de abdicar de outras como, por exemplo, as obras da Av. Manuel da Fonseca.-----

Sobre as obras do túnel da EM 548, esclareceu que não era para a Câmara Municipal fazer as obras, mas sim, ver a forma de colaboração. Acrescentou que os problemas têm que ser resolvidos, pelo que, a ideia central é procurar saber como podemos ajudar na sua resolução, considerando que, em vez de sermos só reivindicativos, devíamos ser também colaboradores, criando condições para entendimentos futuros com o Governo noutras áreas. -----

Concluiu, referindo que o que escreveram também tinha dito na Câmara. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém, solicitando alguns esclarecimentos técnicos relativamente ao aumento de mais de três milhões de euros nas imobilizações corpóreas. E sobre a diminuição da despesa, no sentido de perceber quais os concursos que a Câmara Municipal deixou de lançar e os que lançou, cujas obras não foram adjudicadas no prazo previsto. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu como exemplos; o primeiro concurso da empreitada para a requalificação do Bairro das Flores que ficou deserto, pelo que, foi necessário lançar um segundo concurso, o que se traduziu num atraso de cinco meses, sendo que, foi também necessário aguardar pelo Visto do Tribunal de Contas, o que fez com que aquelas obras não tenham sido iniciadas até ao final de dois mil e dezassete, como estava previsto, e a empreitada do Bairro do Pinhal, cujo Visto do Tribunal de Contas só chegou, recentemente. Acrescentou que também houve atrasos nos concursos para aquisição e renovação de diferentes serviços, e que todos os atrasos se refletiram na execução orçamental. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Diretor de Administração e Finanças, Dr. José Pereira, para esclarecer as questões de ordem técnica, o qual começou por referir que o aumento de três milhões de euros que constam no Balanço tinha a ver com o imobilizado em curso que, à medida que as obras são concluídas, passa para imobilizado corpóreo. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que considerava normal a despesa e a receita do exercício em apreço comparativamente ao ano de dois mil e dezassete, tendo em conta que este era um ano de fim de ciclo, com a realização de eleições autárquicas, sendo normal as autarquias planearem mais obras para concluírem no ano eleitoral. -----

Mais referiu que salientava o trabalho meritório nalgumas áreas, como a Educação, mas considerava que se podia ter avançado para outro patamar de desenvolvimento económico, acrescentando que até no setor do Turismo havia ainda margem para um maior reforço, tendo em conta o seu potencial. -----

Concluiu, referindo que os resultados apresentados tinham como base um programa que foi sufragado nas eleições e com o qual não concordam, pelo que, não os podem aprovar. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor.

dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Paulo Dinis Encarnação, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Armando Severino Almeida e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Seis votos contra, dos eleitos do PS, Senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz. -----

Quatro abstenções, dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.”-

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: -----

“Assunto: Prestação de Contas -----

A essência da política é a arte de governar, elaborar orientações e estabelecer princípios diretores da ação. É a arte de dirigir e de tomar decisões. A divergência política surge após as decisões que se querem tomar ou que se tomaram.-----

O Partido Socialista já divergiu inúmeras vezes das decisões que o executivo que gere os destinos do Concelho tomou ou pensa tomar: temos vários exemplos, desde a requalificação da Avenida Manuel da Fonseca e Envolventes do Mercado Municipal, à negação da aceitação da descentralização de competências, etc.-----

Mas nunca como agora o desinteresse pelo bem comum, pela melhoria das condições de vida das populações, pelo mínimo exigível, foi tão gritante. -----

Sempre que se fala em política e em políticos, falamos das ideias que estes têm para a utilização dos dinheiros públicos, e normalmente o grande problema é a insuficiência do dinheiro para a realização das ideias que se têm, obrigando assim à opção pela realização da obra A em detrimento da obra B.-----

Mas no nosso concelho, os gestores dos nossos dinheiros descobriram uma nova forma de fazerem política: não fazem nada e assim não podem ser criticados por terem feito mal! É uma opção! -----

Ou seja, não é por falta de verbas! Em 2018 o Município de Santiago do Cacém terminou o ano com cerca de 3 milhões de euros. Sim, não nos enganámos, quase 3 milhões de euros em saldo nas contas bancárias do Município. (pág. 234).-----

A ideia atual do executivo municipal é cobrar impostos para depois não os aplicar na melhoria das condições de vida das populações. -----

Tomemos por exemplo o caso do Imposto Municipal sobre Imóveis. O Município de Santiago do Cacém tem a 5ª maior taxa de imposto do Distrito de Setúbal. Em 2018, este imposto rendeu aos cofres do Município cerca de 3,8 milhões de euros: e pergunta-se, para quê? Para nada. Para ficar no banco. Este é um dos impostos mais onerosos para as famílias. Algumas passam imensas dificuldades para conseguirem pagar este imposto. -----

Igualmente em sede de IRS, e ao contrário de Sines, Alcácer do Sal ou Odemira, o Município de Santiago do Cacém não confere qualquer desconto aos cidadãos residentes no concelho.-----

Já que não têm capacidade nem competência para aplicar o nosso dinheiro em prol das populações, o mínimo que se exige é aprovarem um desconto no IRS e que, no IMI,

baixem a taxa para o mínimo legal e que aprovelem a redução para as famílias com dependentes. -----

Já que não têm ideias onde aplicar o nosso dinheiro, ao menos deixem-no com as famílias, como medida de incentivo à economia. -----

E parece-nos que só pode ser a incapacidade e/ou incompetência o motivo desta situação, pois a alternativa é muito pior. A alternativa é que o executivo municipal não encontra problemas no nosso concelho que necessitem de ser resolvidos, é acharem que tudo está perfeito e não necessitam de fazer mais nada. -----

A recusa na comparticipação com apenas 7,5% para as obras de beneficiação/requalificação da Escola Secundária Padre António Macedo – Santo André, deixaram que a verba fosse transferida para outra zona. -----

Ou então quando fazem, ao invés de opções pela beneficiação/requalificação, sempre que se justifique, como é o caso da Avenida Manuel da Fonseca, optam pelo exagero de destruir o que está bem e colocar materiais e alterações inoportunas. Sejamos realistas e tenhamos bom-senso e respeito pelas verbas que recebemos dos impostos das famílias e da União Europeia. -----

Temos obras básicas para resolver, em diversos pontos do Concelho, incluindo habitações dentro do perímetro urbano de Santiago do Cacém sem ligação às águas residuais (bem perto da Avenida Manuel da Fonseca – onde se vai esbanjar tanto dinheiro), Escatelares, etc. Não faz sentido ficar de braços cruzados. É uma questão de Saúde Pública. -----

Os acessos às nossas praias são lastimáveis. A única praia que nos últimos seis anos teve uma intervenção de fundo foi a praia da Costa de Santo André. E mesmo esta não foi realizada pela Câmara Municipal. E quando apareceram os problemas, a Câmara foi a primeira entidade a dizer que nada tinha a ver com a situação, a culpa era da POLIS.

Quando a barreira da estrada municipal 548 caiu, entre Santa Cruz e as Ademas, a Câmara Municipal desculpou-se logo, afirmando que a responsabilidade era das Infraestruturas de Portugal: as populações não querem saber de quem é a culpa, querem é os seus problemas resolvidos. Esta estrada ainda se encontra cortada ao trânsito. -----

Esta política não serve a população do Concelho na sua plenitude e não se enquadra no modelo de desenvolvimento esperado pelos eleitos do Partido Socialista. -----

Assim como votámos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, somos coerentes com esse voto, e não nos revemos nas políticas implementadas pela CDU, pelo que votamos politicamente contra a Prestação de Contas de 2018.” -----

Pelo Senhor David Gorgulho, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “ A bancada da CDU gostaria de salientar, uma vez mais, o equilíbrio e o rigor financeiro evidenciado nos documentos apresentados pela Câmara Municipal, sendo de salientar a redução da dívida, mesmo com a redução significativa de impostos como o IMI, o que tem sido recorrente nos últimos anos e que é uma das faces mais visíveis deste equilíbrio. -----

Uma nota positiva também pelo trabalho permanente realizado em prol das populações, nomeadamente no âmbito da cultura, educação, desporto, juventude, espaços públicos, turismo, planeamento, recursos humanos, entre tantas outras áreas que tiveram notórias melhorias e que são sobejamente evidentes. -----

Lamentamos, por outro lado, a falta de empenho do Governo na resolução de problemas que afetam as autarquias, quer as câmaras municipais, quer as juntas de freguesia, nomeadamente no incumprimento da Lei das Finanças Locais, no processo de transferência de competências, ferido não só de falta de informação como também dos pacotes financeiros, manifestamente insuficientes, nas questões da Saúde, uma vez mais

relatadas nesta Assembleia, as quais se têm vindo a agravar, na privatização dos Serviços Públicos que, invariavelmente, resulta numa prestação de serviços mais deficiente e prejudicial para a população. -----
A bancada da CDU deixa, no geral, uma nota muito positiva ara a gestão efetuada no ano de 2018.” -----

--- b) Relatório Anual do Auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município;-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha que **DEU CONHECIMENTO** do Relatório sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao ano 2018, apresentado pelo Auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas. * -----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d) do nº 2 do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.” -----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Interveio o Senhor José Cascão da Silva, eleito do PS, referindo que o Oficial de Contas emitira opinião com reservas relativamente ao exercício de dois mil e dezoito, citando, nomeadamente, “1. No exercício não foram movimentadas as contas de compras, apesar de inventariadas em armazém. ... -----

2. Apesar de previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, não se encontra ainda implementada uma contabilidade de custos, ... -----

3. Apesar do trabalho desenvolvido no exercício, o Património Municipal não reflete todos os bens, principalmente os bens de domínio público, cuja responsabilidade e controlo pertence ao Município, ...” -----

Acrescentou que estas bases para opinião com reservas são recorrentes desde dois mil e dezassete, questionando se existia algum plano na Câmara Municipal, para evitar que a situação se repita relativamente ao ano de dois mil e dezanove, e, se houver, gostaria de o conhecer. -----

Mais referiu que, se tivesse esta responsabilidade como Presidente da Câmara, faria um plano de recuperação com datas e objetivos, considerando que é mau Presidente quem não entender esta necessidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que compreendia que o Senhor José Cascão da Silva se limitasse a levantar os aspetos negativos, ignorando os vários aspetos positivos que constam no Relatório, nomeadamente a redução da dívida do Município, a sua capacidade de endividamento, o cumprimento da lei dos compromissos e o cumprimento dos prazos de pagamento aos fornecedores, considerando que estes indicadores ilustravam bem a situação financeira do Município e a gestão da Câmara Municipal. -----

Acrescentou que o não cumprimento de algumas questões formais referidas tinha a ver com insuficiências internas, nomeadamente de falta de tempo dos serviços, devido à grande quantidade de informação que tem que preparar para fornecer a vários organismos, acrescentando que se estava a trabalhar diariamente para resolver a situação. -----

Referiu ainda que o Relatório também referia as medidas internas que têm sido tomadas do ponto de vista da transparência na gestão. -----

Mais referiu que, anteriormente, criticavam a Câmara Municipal por causa do endividamento e agora criticavam porque saldava com um valor alto, como aconteceu na apreciação dos documentos da Prestação de Contas, e que, não tendo mais nada para criticar, recorrem às questões formais, e consideram que estas é que são relevantes para caracterizar a gestão da Câmara Municipal e a do Presidente. ----- Acrescentou que o Executivo CDU foi sufragado pela maioria dos eleitores, os quais, mais uma vez, mostraram confiança na sua gestão.----- O Senhor José Cascão da Silva referiu que só tinha citado o Revisor de Contas, acrescentando que lamentava que o Senhor Presidente considerasse aquelas questões irrelevantes. -----

--- **c) Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes Dois Mil e Dezanove/Dois Mil e Vinte e Dois;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes Dois Mil e Dezanove/Dois Mil e Vinte e Dois.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Paulo Dinis Encarnação, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Armando Severino Almeida e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Dez abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, Senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.” -----

--- **d) Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Dezanove/Dois Mil e Vinte e Dois;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Dezanove/ Dois Mil e Vinte e Dois.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.”-----

*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Paulo Dinis Encarnação, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Armando Severino Almeida e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Dez abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, Senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.” -----

--- e) **Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dezanove.**-

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dezanove. * -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Paulo Dinis Encarnação, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Armando Severino Almeida e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Dez abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, Senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.” -----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado, pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **Minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às vinte e duas horas. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

